



AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINA GRANDE

*Giovanna Ribeiro de Aragão¹, Alex Alves Campelo²,
Erika Rafaella Sousa Ataíde³, Jaqueline Michele França Martins⁴
Ana Patrícia Sampaio de Almeida⁵, João Marques Leite Neto⁶
Roseli de Fátima Corteletti⁷ (roseli.fatima@professor.ufcg.edu.com.br)*

Resumo: Este projeto de extensão, desenvolvido em parceria com o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), teve como objetivo principal apoiar a sociedade civil organizada na produção de conhecimentos aplicados aos problemas concretos enfrentados por parcelas historicamente marginalizadas da sociedade brasileira. Com foco nas desigualdades de classe, gênero e raça, a iniciativa concentrou-se na qualificação política das trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, promovendo atividades de conscientização sobre sua realidade e seus direitos. Ao articular ensino, extensão e pesquisa, o projeto democratizou técnicas de produção de conhecimento acadêmico, tornando-as acessíveis a setores mais vulneráveis da sociedade.

Palavras-Chave: Trabalho doméstico e de cuidados, Precariedade, Informalidade, Desigualdades de sociais.

1. Introdução

Este relatório é uma continuação do projeto de extensão realizado no ano de 2023, intitulado de “Desigualdades de classe, gênero e raça entre trabalhadoras domésticas de Campina Grande” e visa apresentar o resultado das ações desenvolvidas no ano de 2024, junto das trabalhadoras domésticas vinculadas a Associação das trabalhadoras domésticas de Campina Grande, bem como do aprofundamento dos conceitos e debates teóricos sobre trabalho doméstico e de cuidados, realizados nos encontros da equipe envolvida no projeto.

Entendemos que o trabalho doméstico e de cuidados se configura como uma esfera essencial da reprodução da vida humana diária, por abranger uma ampla gama de atividades, desde aquelas relacionadas a limpeza, saúde e alimentação da família, até aquelas relacionadas aos cuidados diretos com crianças, idosos e pessoas com deficiência, entre outras situações.

O trabalho doméstico remunerado, historicamente, tem sido predominantemente realizado por mulheres pretas e pardas. É visto como uma extensão das responsabilidades familiares, sendo assim não é reconhecido socialmente, pelo contrário é subvalorizado em termos sociais, econômicos e políticos.

No entanto, o trabalho doméstico e de cuidados é indispensável para o funcionamento de qualquer domicílio, para o bem-estar físico e mental de seus moradores. Nesse sentido, conforme a Cartilha Direitos da Trabalhadora Doméstica, disponibilizada virtualmente pelo Ministério Público do Trabalho (MPT/2021), o trabalho de cuidado envolve atividades que garantem a saúde e o desenvolvimento dos indivíduos, como crianças e idosos, e pode incluir desde cuidados básicos até suporte emocional e psicológico. O trabalho doméstico remunerado é exercido na casa de uma pessoa ou família e também pode envolver diversas realizações de atividades, como limpar e cuidar da casa, lavar, passar e realizar transportes de integrantes de famílias e cuidar de crianças, idosos, pessoas com deficiência e animais domésticos.

Desta forma, o presente relatório visa dar visibilidade às ações extensionistas realizadas de julho a dezembro de 2024, junto a Associação das Trabalhadoras Domésticas de

¹ Bolsista: Estudante do Curso de Ciências Sociais da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

² Voluntário: Historiador e aluno regular no Curso de Mestrado em Ciências Sociais da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

³ Voluntária: Assistente Social e aluna regular no Curso de Mestrado em Ciências Sociais da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁴ Colaboradora: Cientista Social e Assessora de Pesquisas do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), Campina Grande, PB. Brasil.

⁵ Colaboradora e Orientadora: Cientista Social e Professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB. Brasil.

⁶ Voluntário: Estudante do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

⁷ Coordenadora e Orientadora: Profa. de Sociologia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP), Campus Campina Grande, PB. Brasil.

Campina Grande e ao mesmo tempo em que analisa as conquistas do trabalho doméstico e de cuidados, bem como conceitos e teorias que envolvem o debate acadêmico no Brasil, considerando aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais que influenciam na configuração atual. O objetivo principal é apresentar o resultado de ações desenvolvidas na produção e aplicação de conhecimento diante dos problemas concretos, propondo analisar as desigualdades de classe, gênero e raça no âmbito do trabalho doméstico e incentivar o desenvolvimento de políticas públicas e ações de para a conquista de direitos políticos e sociais voltados para as trabalhadoras ligadas à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande.

O texto encontra-se estruturado em três tópicos e subtópicos principais, cada um com seus respectivos pontos, onde são exploradas as contribuições teóricas e empíricas relacionadas ao tema. A primeira parte aborda o referencial teórico, destacando os conceitos fundamentais e principais abordagens sobre o trabalho doméstico remunerado. Contendo dados do DIEESE e esclarecendo as precariedades e os avanços conquistados pela categoria. A segunda parte incorpora pensamentos de autoras feministas que contribuem para a discussão dos debates sobre interseccionalidade de classe, gênero e raça tema. No terceiro ponto apresentamos os resultados e registros fotográficos das ações desenvolvidas durante os seis meses de práticas extensionistas, junto da Associação de Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, juntamente com as trabalhadoras e colegas da equipe vinculadas ao projeto.

2. Metodologia

O desenvolvimento deste projeto teve início no mês de julho de 2024. Durante esse período, a bolsista realizou estágios semanais na associação, oferecendo apoio às demandas das trabalhadoras, especialmente na gestão de informações e controle de e-mails.

Além disso, a equipe do projeto planejou e desenvolveu quatro encontros para o aprofundamento teórico da equipe sobre os temas: Pesquisa, Trabalho doméstico e de Cuidados, Feminismo e Luta de Classes. Esses encontros foram conduzidos por integrantes da equipe e, em seguida, abertos para debate, proporcionando uma troca enriquecedora de conhecimentos sobre o tema.

Além dos encontros internos, foram realizadas três rodas de conversa no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, contando com a participação de profissionais convidadas, como advogadas, antropólogas, assistentes sociais, historiadoras e sociólogas. Os debates abordaram temas importantes para a categoria, escolhidos em reunião da equipe com a liderança da associação, como violência de gênero, direitos trabalhistas, direitos previdenciários e racismo no trabalho doméstico.

As rodas de conversa e oficinas foram realizadas aos domingos pela manhã, uma vez que o domingo é o único dia de “folga” das trabalhadoras, onde contamos com uma participação aproximada de 30 pessoas, entre trabalhadoras, professoras convidadas e demais atores que

apoiam a causa das trabalhadoras. Muitas trabalhadoras saíam cedo de suas casas para poder participar desta importante iniciativa para a vida dessas mulheres, que buscam pelos seus direitos sem interferências.

A atividade iniciava com um café coletivo e em seguida era formada a roda para realização dos diálogos temáticos. Nestes momentos, muitas trabalhadoras deram seus depoimentos, sobre ausência dos direitos trabalhistas e previdenciários, sobre situações de opressão e violência de gênero, sobre diversos tipos de assédios sofridos no ambiente de trabalho, bem como sobre os desafios enfrentados no cotidiano, para conciliar atividades do trabalho produtivo realizado fora de casa, com as atividades do cuidado de suas famílias, tendo em vista que as trabalhadoras domésticas realizam o trabalho produtivo de forma concomitante com as atividades reprodutivas, que envolvem todas as atividades do cuidado no espaço da vida doméstica, com familiares e parentes próximos.

3. Resultados e Discussões

3.1 O papel do Trabalho Doméstico Remunerado na Estrutura Social Brasileira

O Brasil contemporâneo apresenta uma sociedade demarcada por profundas disparidades socioeconômicas e desigualdades estruturais. Apesar dos avanços econômicos e sociais nas últimas décadas (da era petista), o país ainda enfrenta desafios significativos em termos de distribuição de renda, acesso igualitário a oportunidades e inclusão social. A estrutura social brasileira é caracterizada pela coexistência extremas de desigualdades, onde a riqueza e a pobreza frequentemente se entrelaçam. Essa realidade se reflete em uma série de indicadores, desde a concentração de renda nas mãos de uma pequena elite até a persistência de condições precárias de vida em muitas comunidades urbanas e rurais.

A categoria de trabalhadoras domésticas está intrinsecamente ligada a especificidades históricas do Brasil que continuam a ser reproduzidas na sociedade contemporânea. Mesmo após a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país, não houve uma interrupção significativa das atividades servis. Isso se deve a uma série de fatores históricos e estruturais que moldaram a economia e a sociedade brasileira ao longo dos séculos (Silva; Bortoline; Oltramari, 2018).

Primeiramente, é importante reconhecer que o trabalho doméstico foi uma das áreas em que os escravizados eram frequentemente empregados durante o período colonial e imperial no Brasil. Essas pessoas realizavam uma variedade de tarefas domésticas, agrícolas e de cuidado, sustentando as famílias e mantendo as residências de seus senhores. Com a abolição da escravidão em 1888, muitos ex-escravizados continuaram a trabalhar nas mesmas funções, mas agora como trabalhadores contratados ou, em alguns casos, como empregados domésticos assalariados ou informais.

No entanto, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não resultou em uma mudança significativa nas relações de poder e hierarquias sociais que caracterizavam a sociedade brasileira. As famílias de elite, que antes empregavam escravizados, agora passaram a contratar trabalhadores domésticos em condições muitas vezes semelhantes de subordinação e exploração. Essa

continuidade nas relações de trabalho reflete as desigualdades estruturais e as persistências históricas que moldam a sociedade brasileira até a atualidade.

No contexto das questões de classe e desigualdade social no Brasil, o trabalho doméstico desempenha um papel central na organização da estrutura social. Historicamente associado às mulheres de baixa renda e frequentemente vinculado a comunidades marginalizadas, o trabalho doméstico é uma das ocupações mais comuns para essa demografia. Esse se configura como trabalho de cuidado. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Pode também ser definido como uma relação de serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e o bem-estar dos outros (Hirata, 2022, p. 30 *apud* Leite, 2023, p. 14)

O trabalho do cuidado envolve uma variedade de atividades que visam atender às necessidades dos outros e envolve uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, com responsabilidade pelo bem-estar alheio. No entanto, apesar de sua importância crítica para a economia e a vida cotidiana das famílias brasileiras, o trabalho doméstico é frequentemente subvalorizado e mal remunerado.

Essa subvalorização reflete as desigualdades de poder e posição que permeiam a sociedade brasileira, onde as trabalhadoras domésticas muitas vezes enfrentam condições de trabalho precárias e falta de proteção legal. Portanto, o trabalho de cuidado vai além de simplesmente realizar tarefas práticas, envolvendo uma dimensão emocional, relacional e de responsabilidade pelo bem-estar das mulheres envolvidas na rede de arranjos de cuidados. É uma atividade fundamental para o funcionamento da sociedade e para o cuidado com o outro. De acordo com Leite:

É assim que, desde a abolição da escravidão, a entrada das mulheres no trabalho remunerado se dá em atividades voltadas ao cuidado das famílias, sobretudo de crianças, enfermos/as e idosos/as. Com ela, multiplicam-se os trabalhos remunerados em casas de família, de babás, cozinheiras, lavadeiras, passeadeiras, cuidadoras, empregadas domésticas etc. Esse tipo de inserção no trabalho passará a orientar a entrada das mulheres em atividades relacionadas aos cuidados, de uma forma geral, com sérias repercussões nos modos de remuneração, na (des)valorização de seu trabalho e nos direitos a eles associados, bem como nas condições de trabalho, deixando a marca indelével da precariedade no trabalho feminino remunerado (Leite, 2023, p. 13).

No Brasil e em muitos países latino-americanos, o trabalho doméstico remunerado se entrelaça com o trabalho de cuidado, dificultando discutir o cuidado sem considerar as intersecções de gênero, raça e classe. A ausência de regulamentação da profissão de cuidadora e a falta de diferenciação entre cuidadoras e profissionais da enfermagem complicam ainda mais a situação (Leite, 2023).

Os estudos sobre o cuidado têm ganhado destaque nas pesquisas científicas devido ao agravamento da crise dos cuidados. As discussões sobre a divisão sexual do trabalho e as diferentes ordens de gênero na evolução do capitalismo são fundamentais para compreender as relações de gênero e a distribuição dos trabalhos de cuidado entre os sexos.

Heleieth Saffioti, em sua obra *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade* (1976), menciona que o capitalismo acentuou a divisão entre o valor de uso e o valor de troca, conceito fundamental no marxismo. Ao transformar todos os produtos do trabalho em mercadorias, inclusive a força de trabalho, o capitalismo transformou as relações sociais e colocou a mulher em uma posição ainda mais vulnerável.

Enquanto o valor de troca determinava a inclusão dos homens no mercado de trabalho, as mulheres foram cada vez mais relegadas ao espaço doméstico, onde seu trabalho não era reconhecido economicamente (Saffioti, 1976). Esse processo, segundo a autora, marca o divórcio entre produção e consumo, e a mulher, ao ser excluída das relações de produção capitalistas, desempenha um papel invisível, mas crucial, no sistema.

No entanto, a exclusão das mulheres do sistema produtivo formal não foi total. No início da Revolução Industrial, por exemplo, as mulheres e crianças foram empregadas em grande número nas fábricas, visando maximizar os lucros, através da extração da mais-valia. Essa exploração, contudo, foi marcada por condições de trabalho extremamente precárias, jornadas extenuantes e baixos salários. Saffioti (1976) observa que o capitalismo, ao explorar o trabalho feminino e infantil, tinha como objetivo promover uma acumulação rápida de capital que se aproveitava das fragilidades dessas populações, já marginalizadas pela sociedade patriarcal.

A autora exemplifica essa relação ao discutir o conceito de trabalho reprodutivo, aquele realizado no âmbito doméstico, fundamental para a manutenção da sociedade, mas que não é remunerado nem valorizado. O trabalho reprodutivo inclui cuidar da casa, dos filhos e do marido, e Saffioti argumenta que, sem esse trabalho invisível, o capitalismo não poderia funcionar. No entanto, ao não ser reconhecido como produtivo, esse trabalho mantém a mulher em uma posição de dependência econômica e social (Saffioti, 1976).

Por fim, Bezerra, Corteletti e Araújo (2020, p. 5) destacam para Souza-Lobo (1991) a divisão sexual do trabalho⁸ é uma construção social e histórica, ou seja, “se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de ‘dividir para reinar’, a configuração dessas divisões é construída

⁸ “A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói

e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero dominação” (Souza-lobo, 1991, p.171).

socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais” (p.170). Sabemos que, para Marx, as relações sociais de produção e reprodução social são determinadas pelo modo de produção da existência dominante, contudo, para Souza-Lobo (1991), as diferenças entre homens e trabalhadoras não são somente um reflexo das relações econômicas, mas “são também relações de poder, regidas por leis e normas, tradições e hábitos” (p. 171).

3.2 Consustancialidade: Classe, Gênero e Raça

A teoria da consustancialidade, introduzida por autoras como Danièle Kergoat, e aprofundada no feminismo materialista francófono, propõe uma visão integrada das opressões sociais. Segundo Kergoat (2010), “as relações de classe, gênero e raça são coextensivas e mutuamente constitutivas, formando um nó de contradições que reproduzem desigualdades estruturais” (p. 94). Essa perspectiva é essencial para a análise do feminismo marxista, pois reconhece que as mulheres trabalhadoras enfrentam múltiplas camadas de exploração.

Mirla Cisne (2015) aplica esse conceito ao contexto brasileiro, onde as desigualdades raciais e de gênero são particularmente agudas. A autora argumenta que as mulheres negras estão na base da hierarquia social, ocupando os trabalhos mais precarizados e sendo submetidas a formas intensificadas de violência patriarcal e racista. Dados do IBGE corroboram essa análise: as mulheres negras ganham, em média, apenas 36,5% do que recebem os homens brancos, ocupando majoritariamente trabalhos informais e mal remunerados (IBGE, 2020).

Heleieth Saffioti (1979) também destaca a consustancialidade ao afirmar que “a exploração das mulheres na sociedade de classes não é uma questão secundária, mas central para a reprodução do capital, que se apropria das desigualdades de gênero para reduzir custos e intensificar a exploração”. Essa exploração é visível na divisão sexual do trabalho, que associa o trabalho produtivo aos homens e o trabalho reprodutivo às mulheres, criando uma hierarquia de valor que beneficia o sistema capitalista.

Neste sentido, segundo Bezerra; Corteletti e Araújo (2020, p. 5), o princípio da hierarquia conceitua que o trabalho produtivo (por excelência realizado pelos homens) possui maior valor social do que o trabalho doméstico que é relegado ao status de um “não trabalho”: O “valor” do trabalho (não entendido como meramente econômico) é um problema que atravessa as relações sociais de sexo, pois induz a uma hierarquia e hierarquia é relação social.

Angela Davis (2016) enfatiza ainda que, para as mulheres racializadas, essa exploração é duplamente agravada pelo racismo estrutural. As mulheres negras são empurradas para o trabalho mais precarizado e invisível, enquanto suas lutas por direitos básicos são frequentemente ignoradas pelo feminismo branco, argumenta a autora. Essa crítica ao feminismo hegemônico reforça a necessidade de um feminismo interseccional, que reconheça a interdependência das lutas contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe.

O feminismo marxista não apenas analisa as opressões estruturais, mas propõe um horizonte político de emancipação baseado na superação do capitalismo. Mirla Cisne (2015, p. 101) afirma que “a luta feminista não pode ser desvinculada da luta de classes, pois a emancipação das mulheres exige a transformação das estruturas econômicas e sociais que sustentam o patriarcado e o racismo”. Essa visão é corroborada por Alexandra Kollontai (2000), que defende que o socialismo deve priorizar a coletivização do trabalho reprodutivo e a criação de políticas públicas que desafiem a divisão sexual do trabalho.

Silvia Federici também contribui para essa discussão ao propor que o feminismo deve desafiar o capitalismo não apenas no âmbito produtivo, mas também no reprodutivo. Segundo a autora, a luta feminista precisa incluir a valorização do trabalho doméstico e a redistribuição de tarefas reprodutivas como passos fundamentais para a emancipação das mulheres. Por fim, ela complementa que “sem romper com a lógica que desvaloriza o trabalho reprodutivo, o feminismo arrisca reproduzir as desigualdades que critica” (Federici, 2017, p. 23).

A integração entre feminismo e socialismo também requer uma crítica ao feminismo liberal, que foca em conquistas individuais sem questionar as bases estruturais da opressão. Federici (2017) alerta que o feminismo liberal se limita a garantir a inclusão de algumas mulheres na elite capitalista, ignorando as condições de vida das mulheres trabalhadoras. Para superar essas limitações, o feminismo marxista propõe um enfoque coletivo e interseccional, baseado na solidariedade de classe e na transformação das relações sociais.

Para superar as limitações do feminismo liberal, o feminismo marxista propõe uma análise mais coletiva e interseccional das opressões, reconhecendo as múltiplas dimensões de classe, raça e gênero. Nesse sentido, o *Manifesto do Feminismo para os 99%* (2019) reforça a necessidade de uma abordagem que una as lutas de classe com a luta feminista. Segundo as autoras do manifesto, “a transformação das relações sociais exige uma revolução não apenas contra o patriarcado, mas contra o capitalismo que sustenta a exploração das mulheres” (Bhattacharya, 2019, p. 45). O manifesto propõe uma agenda feminista que se baseia na solidariedade de classe, defendendo uma revolução que envolva todas as mulheres, mas que não deixe para trás aquelas que vivem sob as condições mais adversas.

A influência marxista nas lutas feministas representa uma das contribuições mais significativas para a análise e a prática política contemporânea. Ao integrar as dimensões de classe, gênero e raça, o feminismo marxista oferece um paradigma teórico que desafia as bases do capitalismo patriarcal e racista, propondo uma abordagem totalizante das opressões. Como evidenciado, autoras como Mirla Cisne, Angela Davis e Silvia Federici têm desempenhado papéis fundamentais na construção dessa perspectiva.

As discussões abordadas demonstram que o feminismo marxista transcende a luta por igualdade formal, ao propor uma transformação estrutural que aborde as contradições internas do capitalismo. Nesse contexto, a consustancialidade das opressões emerge como uma ferramenta analítica indispensável, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências das mulheres

trabalhadoras e racializadas, como é o caso das trabalhadoras domésticas de Campina Grande.

4. Das ações desenvolvidas

A Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, criada em 25 de maio de 1980 é um grande destaque como uma organização essencial na luta por diversos temas, um dos principais é a constante luta por seus direitos sociais e trabalhistas, bem como pelo reconhecimento político-social da categoria. Desde a sua criação, a associação desenvolve projetos, ações coletivas e estratégicas para promover a conscientização sobre a precarização do trabalho doméstico e de cuidados. Ao lado do CENTRAC, a associação visa promover a formação política e ampliar a visibilidade das outras trabalhadoras inseridas nessas lutas.

O projeto intitulado "*Ações para o Fortalecimento da Ação Coletiva entre Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande*" teve início em julho de 2024 e foi concluído em dezembro de 2024. Durante esse período, a bolsista realizou estágios semanais na associação, oferecendo apoio às demandas das trabalhadoras, especialmente na gestão de informações e controle de e-mails.

Além disso, a equipe do projeto planejou e desenvolveu quatro encontros para o aprofundamento teórico da equipe sobre os temas: Pesquisa, Trabalho doméstico e de Cuidados, Feminismo e Luta de Classes. Esses encontros foram conduzidos por integrantes da equipe e, em seguida, abertos para debate, proporcionando uma troca enriquecedora de conhecimentos sobre o tema.

Além dos encontros internos, foram realizadas três rodas de conversa no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, contando com a participação de profissionais convidadas, como advogadas, antropólogas, assistentes sociais, historiadoras e sociólogas. Os debates abordaram temas importantes para a categoria, escolhidos em reunião da equipe com a liderança da associação, como violência de gênero, direitos trabalhistas, direitos previdenciários e racismo no trabalho doméstico (ver cartazes nos anexos com os nomes das profissionais convidadas e título dos debates).

As rodas de conversa e oficinas foram realizadas aos domingos pela manhã, uma vez que o domingo é o único dia de "folga" das trabalhadoras, onde contamos com uma participação aproximada de 30 pessoas, entre trabalhadoras, professoras, convidadas e demais atores que apoiam a causa das trabalhadoras. As rodas de conversa possuem esse teor de conscientização. Muitas trabalhadoras saíam cedo de suas casas para poder participar desta importante iniciativa para a vida dessas mulheres, que buscam pelos seus direitos sem interferências.

A atividade iniciava com um café coletivo e em seguida era formada a roda para realização dos diálogos temáticos. Nestes momentos, muitas trabalhadoras deram seus depoimentos, sobre ausência dos direitos trabalhistas e previdenciários, sobre situações de opressão e violência de gênero, sobre diversos tipos de assédios sofridos no ambiente de trabalho, bem como sobre os desafios

enfrentados no cotidiano, para conciliar atividades do trabalho produtivo com as atividades do cuidado na família, tendo em vista que as trabalhadoras domésticas realizam o trabalho produtivo de forma concomitante com as atividades reprodutivas, que envolvem todas as atividades do cuidado no espaço da vida doméstica, com os parentes.

As trabalhadoras domésticas relataram nos encontros de roda de conversa sobre as dificuldades de redes de apoio no espaço da família, que se sentem sobrecarregadas com dupla e tripla jornada de trabalho, em alguns casos não contam com a ajuda da figura masculina para realização de atividades domésticas. Ao chegarem do trabalho, assumem uma jornada de trabalho reprodutivo, com os cuidados das atividades domésticas e cuidados com filho (s) e cônjuge, não tendo o seu trabalho reprodutivo valorizado no espaço doméstico, sendo invisível e não reconhecido, pelos seus companheiros. A sobrecarga de trabalho é tão exaustiva, que não sobra tempo para cuidados consigo.

Algumas mulheres trabalhadoras relataram situações de violências sofridas nos espaços de trabalho, que também foram vivenciadas nos espaços domésticos, elas se emocionaram e relataram suas histórias de vidas, perpassadas por violências conjugais. Um ponto interessante nas falas das trabalhadoras foi sobre a rede de apoio feminina em suas trajetórias de vida, as mulheres sempre ressaltaram a importância de outras mulheres, mães, irmãs, cunhadas, vizinhas e outras figuras femininas, para que pudessem trabalhar e realizar suas atividades de trabalho reprodutivo de forma concomitante.

Além das situações mencionadas acima, as mulheres convivem com a impossibilidade e desafio diário frente as políticas públicas de saúde e educação, que não conseguem oferecer os serviços de forma a garantia de acesso igualitário. As mulheres relataram dificuldades em conciliar suas atividades de trabalho com os horários das creches, pois o horário que saem do trabalho não coincide com o horário de buscar o filho na creche, daí sempre contam com ajuda de familiares, amigas e vizinhas que pegam e ficam com as crianças até chegarem do trabalho. Essa situação de incompatibilidade de horário de trabalho com o horário de funcionamento da creche, acaba sendo um empecilho para se manterem no trabalho, pois algumas mulheres não contam com uma rede de apoio. Outro fato relatado por elas foi a incompatibilidade do horário de trabalho com o horário de funcionamento do PSF nos bairros (Programa de Saúde da Família), como saem geralmente as 18h00 ou 19h00 do trabalho, não conseguem atendimento de consulta e exames nos atendimentos de saúde, que geralmente encerram suas atividades mais cedo. Os cuidados com a saúde ficam comprometidos e raramente conseguem negociar com os patrões para saírem mais cedo para cuidarem da saúde. As políticas públicas de saúde e educação não conseguem ainda promover uma condição de igualdade de acesso aos serviços oferecidos, proporcionando desigualdades no acesso.

Esses momentos foram além da simples transmissão de conhecimento; fortaleciam laços de solidariedade e reafirmavam a importância da organização coletiva na luta por direitos. Em um dos encontros, uma das lideranças da associação sublinhou a importância das rodas de conversa, com o apoio dos projetos de Extensão da UFCG PROBEX,

para esclarecer os direitos das trabalhadoras domésticas. Um dos aspectos observados nesse período de contato e atuação junto à associação foi o forte senso de apoio mútuo entre as trabalhadoras. Além disso, observa-se um esforço contínuo para formar novas lideranças, evitando que a organização ficasse centralizada em poucas pessoas, o que garante maior autonomia e continuidade das ações.

Essas iniciativas por partes das lideranças da associação e da equipe do projeto de extensão tiveram como objetivo conscientizar sobre cidadania e direitos sociais, bem como compartilhar as realidades críticas e insalubres que as demais trabalhadoras passam em seus ambientes de trabalho, muitas vezes, nas rodas de conversas promovidas na associação, muitas trabalhadoras relataram que seus patrões “esqueciam” ou até não respeitavam os acordos de depositarem seus direitos, algumas delas relatam terem vergonha de falar e as situações acabavam por ali mesmo.

Um aspecto importante da promoção dessas rodas de diálogo é que muitas dessas trabalhadoras, devido à posição que ocuparam ao longo de suas trajetórias, não se sentiam preparadas para falar em público, expressar suas angústias e relatar os desafios enfrentados no ambiente de trabalho. No entanto, à medida que a conversa coletiva avançava, elas se sentiam mais seguras e conseguiam se colocar nesse espaço de fala e escuta, muitas vezes até emocionando a todas presentes.

Além do apoio da equipe do projeto e do Centro de Ação Cultural (CENTRAC), as trabalhadoras contam com o apoio de uma liderança fundamental na grande luta das trabalhadoras domésticas: a parlamentar Jô Oliveira, uma mulher negra e periférica, filha de uma trabalhadora doméstica e oriunda de classes populares. Jô é uma peça essencial e especial nessa luta. Sua presença e participação no primeiro domingo de ação deste projeto com as trabalhadoras, reforça seu papel como um símbolo de luta e inspiração. A parlamentar, vereadora eleita mais votada da história de Campina Grande, se engaja ativamente, o que eleva a importância das causas e das lutas por mais direitos trabalhistas no trabalho doméstico e de cuidado.

Finalizando podemos afirmar que essas ações da extensão universitária realizadas através do PROBEX junto das mulheres trabalhadoras domésticas, foram excelentes oportunidades de trocas de experiências e de aprendizado acadêmico e profissional, para toda a equipe envolvida no desenvolvimento do projeto, a qual sempre se fez presente.

5. Ilustrações

Figuras 1 e 2 - Reuniões da Equipe



Figura 2



Figuras 3-4-5-6 – Ações Coletivas



Figura 4



Figura 5



Figura 6



6. Conclusões

Ao refletir sobre os campos teóricos-metodológicos do trabalho doméstico e de cuidados no Brasil, podemos observar que o desenvolvimento da estrutura social e política do país historicamente desigual, ainda reproduz uma extrema desigualdade de gênero, classe e raça. Esses fatores impactam diretamente na divisão social e sexual do trabalho, bem como na valorização da estrutura do trabalho doméstico.

A perspectiva marxista, ao analisar a divisão social e sexual do trabalho, evidencia como o trabalho doméstico e de cuidados no Brasil está intrinsecamente ligado às relações de classe, gênero e raça. A herança colonial e escravocrata do país estruturou um modelo de organização do trabalho que subalterniza as mulheres, sobretudo as mulheres negras, ao relegá-las a funções historicamente desvalorizadas e mal remuneradas. Esse cenário reflete a naturalização da exploração dentro do capitalismo, onde o trabalho reprodutivo – essencial para a manutenção da força de trabalho – permanece invisibilizado e não reconhecido como atividade produtiva.

Dessa forma, a reprodução das desigualdades no trabalho doméstico e de cuidados demonstra como a opressão de gênero e raça se entrelaça com a exploração de classe, reforçando a marginalização das trabalhadoras nesse setor. A desvalorização desse trabalho não é apenas um reflexo de uma cultura patriarcal e racista, mas um mecanismo funcional ao capitalismo, que transfere os custos da reprodução social para as mulheres sem a devida compensação. Assim, compreender essas dinâmicas a partir de uma abordagem crítica é essencial para formular políticas e ações que combatam essas desigualdades estruturais, promovendo maior reconhecimento e valorização do trabalho doméstico e de cuidados no Brasil.

Do ponto de vista teórico-metodológico, diversos estudos abordam o trabalho doméstico sob a ótica do feminismo interseccional, onde o gênero, raça e classe social se incorporam para produzir discussões sobre as mais diversas faces das desigualdades existentes no país e no mundo. Autoras como Heleieth Saffioti, Angela Davis, Mirla Cisne, Souza Lobo, discutem a marginalização das mulheres, principalmente mulheres negras e a constante desvalorização do trabalho que realizam, evidenciando como a estrutura social e política do Brasil é excludente.

Sabemos que o trabalho doméstico no Brasil possui raízes profundas, as mulheres negras no período escravocrata eram obrigadas a desempenhar as tarefas sem qualquer remuneração ou reconhecimento, essa luta persiste até nos dias atuais. As lutas dessas mulheres são fundamentais para mudar o curso da história ainda que a conquista de direitos tenha tido um avanço nos últimos anos, a precariedade e a informalidade das relações de trabalho dessa categoria ainda persistem. Muitas trabalhadoras domésticas não possuem vínculo empregatício e trabalham como diaristas, sem registro em carteira, o que dificulta o acesso a vários benefícios como aposentadoria, seguro-desemprego e uma jornada de trabalho regulamentada.

Na atualidade, vimos que a crescente procura por serviços de cuidado, impulsionada pelo envelhecimento da

população e pela mudança nas dinâmicas familiares, destaca a necessidade de políticas públicas de valorização desses profissionais.

Diante desse cenário, políticas públicas que regulamentem e valorizem o trabalho doméstico e de cuidados tornam-se urgentes para garantir condições dignas a essas trabalhadoras. A formalização do trabalho, o acesso a direitos previdenciários e a ampliação de serviços públicos de cuidado são passos essenciais para transformar a estrutura desigual que sustenta esse setor. O reconhecimento desse trabalho como parte fundamental da economia e da sociedade não apenas fortalece a cidadania das trabalhadoras, mas também contribui para um modelo social mais justo, onde o cuidado deixe de ser visto como uma responsabilidade individual e passe a ser reconhecido como um bem coletivo.

O aparecimento de plataformas digitais relatado pelas trabalhadoras domésticas pode dificultar e/ou auxiliar no desenvolvimento dessas políticas e na valorização destas profissionais, a depender da relação de forças entre estado, plataformas e trabalhadoras, apontando novamente para a necessidade da organização e mobilização da categoria, assim como do diálogo entre universidade e sociedade civil.

Portanto, entendemos que a luta das trabalhadoras domésticas por direitos e cidadania é uma condição necessária para uma sociedade mais justa, onde o trabalho doméstico seja reconhecido e valorizado como essencial para a reprodução da sociedade. Neste sentido, verificamos que a categoria estudada é um grande exemplo de organização coletiva e consciência de classe, uma vez que elas levantam bandeiras de todas as pautas que defendem os direitos da classe trabalhadora em geral, tanto a nível local quanto nacional.

7. Referências

ASCOM. Chirlene Brito explica diferença entre mensalistas e diaristas no trabalho doméstico. Disponível em: <https://sindomesticoba.org.br/chirlene-brito-explica-diferenca-entre-mensalistas-e-diaristas-no-trabalho-domestico/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BEZERRA, Elaine.; CORTELETTI, Roseli; ARAÚJO, Iara. Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do nordeste. **Caderno CRH**, Salvador, v 33, 2020.

BHATTACHARYA, Tithi *et al.* **Manifesto do Feminismo para os 99%**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019

BRASIL. **Cartilha Direitos da Trabalhadora Doméstica**. Ministério Público do Trabalho. Disponível em: https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/cartilha-direitos-das-trabalhadoras-domesticas/@@display-file/arquivo_pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 106, abr. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2023.

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

IBGE. **Desigualdade salarial por raça e gênero no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 dez. 2024.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

LEITE, Marcia. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 1, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Vozes, 1976.

SILVA, Camila Scherdien da; BORTOLINI, Ana Carolina dos Santos; OLTRAMARI, Andréa Poletto. Relações de trabalho e cinema: uma análise do filme “Que horas ela volta?”. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**. Belo Horizonte. Vol. 5, n. 12 (abril 2018), p. 130-197, 2018.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, XXXX.

Agradecimentos

Às mulheres trabalhadoras, que mesmo com uma intensa jornada de trabalho, aceitaram participar e contribuir com o desenvolvimento do nosso projeto.

À Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande e ao Centro de Ação Cultural (CENTRAC), pela parceria, pelo suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades deste projeto.

À toda a equipe envolvida no planejamento e execução das atividades do projeto.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada **PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG**.

Nossa Gratidão!